



O estudo do Direito Constitucional deve ter início a partir da teoria da Constituição para dar satisfação e respeito aos direitos fundamentais em um Estado Democrático de Direito.

É o objetivo deste trabalho, que — ao enfrentar de modo crítico e pedagógico as mais recentes inovações do Estado brasileiro, os mais recentes posicionamentos da doutrina e da jurisprudência — oferece instrumentos para que os operadores do direito possam entendê-lo com a esperança de construção de uma sociedade justa e solidária.

Autora
**REGINA MARIA MACEDO NERY
FERRARI**

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 2ª EDIÇÃO -

Área específica
Direito Constitucional

Áreas afins
Administrativo, Ambiental, Municipal, etc.

Público-alvo Consumidores da obra
Advogados, Estudantes de Direito, membros do Ministério Público, Procuradorias Estaduais e Municipais, Advocacia da União, Professores de Direito, Membros da Magistratura Estadual, Federal e Tribunais Superiores. Todos que se interessam pelo Direito do estado.

Apresentação
Daniel Wunder Hachem

Formato: 17x24 cm
CÓDIGO: 10000977

F375c Ferrari, Regina Maria Macedo Nery
Curso de direito constitucional / Regina Maria Macedo Nery Ferrari; apresentação de Daniel Wunder Hachem. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
992 p.
ISBN 978-85-450-0136-2
1. Direito constitucional. 2. Direito administrativo. 3. Direito ambiental. 4. Direito municipal. I. Hachem, Daniel Wunder. II. Título.

CDD: 341.2

CDU: 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *Curso de direito constitucional*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 992 p. ISBN 978-85-450-0136-2.

SUMÁRIO

NOTA DA AUTORA À SEGUNDA EDIÇÃO

Regina Maria Macedo Nery Ferrari.....21

APRESENTAÇÃO

Daniel Wunder Hachem.....23

O DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO ENTRE A OUSADIA E A EXPERIÊNCIA.....23

I. A ousadia e a experiência da jurista Regina Maria Macedo Nery Ferrari.....23

II. Uma apresentação dispensável de uma obra indispensável.....26

III. Conclusão.....27

CAPÍTULO 1

CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO.....29

1.1 Concepção sociológica.....30

1.2 Concepção política32

1.3 Concepção jurídica.....34

1.4 Concepção culturalista.....36

CAPÍTULO 2

SUPREMACIA CONSTITUCIONAL.....39

2.1 A supremacia da Constituição e as entidades supranacionais.....43

CAPÍTULO 3

CONSTITUCIONALISMO E SUA EVOLUÇÃO.....	55
3.1 Neoconstitucionalismo.....	57
3.2 Normas princípios e normas regras.....	61
3.3 Constitucionalização do Direito Administrativo.....	65
3.4 Supremacia do interesse público sobre o interesse do particular e as políticas públicas.....	67
3.5 Constitucionalização do Direito Civil.....	72
3.6 Constitucionalização do Direito do Trabalho.....	76
3.7 Constitucionalização do Direito Penal.....	78
3.8 Constitucionalização do Direito Econômico.....	81

CAPÍTULO 4

CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES.....	83
4.1 Quanto à forma.....	83
4.2 Quanto ao conteúdo.....	84
4.3 Quanto à estabilidade.....	85
4.4 Quanto à extensão.....	88
4.5 Quanto à ideologia.....	88
4.6 Classificação ontológica.....	89

CAPÍTULO 5

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	91
5.1 Aplicação normativa.....	91
5.2 Métodos de interpretação normativa.....	95
5.2.1 Interpretação gramatical.....	96
5.2.2 Interpretação histórica.....	96
5.2.3 Interpretação sistemática.....	97
5.2.4 Interpretação teleológica	98
5.2.5 Interpretação quanto aos resultados.....	99
5.3 A interpretação da Constituição.....	100
5.3.1 A quem compete interpretar a Constituição.....	103
5.3.2 A interpretação da Constituição em sentido lato e em sentido estrito.....	104
5.3.3 Princípios da interpretação constitucional.....	104
5.3.3.1 Princípio da unidade e princípio do efeito integrador da Constituição.....	105

5.3.3.2 Princípio da máxima efetividade.....	105
5.3.3.3 Princípio da conformidade funcional.....	105
5.3.3.4 Princípio da concordância prática.....	106
5.3.3.5 Princípio da força normativa da Constituição.....	106
5.3.4 Métodos de interpretação constitucional.....	106
5.3.4.1 Método jurídico ou hermenêutico clássico.....	107
5.3.4.2 Método tópico-problemático.....	107
5.3.4.3 Método concretista ou hermenêutico concretizador.....	108
5.3.4.4 Método científico-espiritual – valorativo sociológico.....	108
5.3.4.5 Método jurídico normativo estruturante.....	109
5.4 Mutação constitucional e interpretação constitucional evolutiva.....	110

CAPÍTULO 6

AS NORMAS CONSTITUCIONAIS E A SUA APLICABILIDADE.....	113
6.1 Aplicabilidade das normas constitucionais.....	113
6.2 Classificações das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade.....	117
6.3 Mínimo de eficácia das normas constitucionais.....	134
6.3.1 A graduação do mínimo eficaz das normas constitucionais.....	145

CAPÍTULO 7

SISTEMA CONSTITUCIONAL.....	153
7.1 Conceito de sistema.....	153
7.2 A Constituição como um sistema de normas.....	154

CAPÍTULO 8

PODER CONSTITUINTE E PODER REFORMADOR.....	157
8.1 Conceito.....	157
8.1.1 Titularidade.....	157
8.1.2 Natureza do Poder Constituinte.....	159
8.1.3 Características e formas de expressão.....	160
8.2 Poder reformador e poder de revisão.....	162
8.2.1 Conceito.....	162
8.3 Modificações ou mutabilidade constitucional.....	163
8.4 Sistema Constitucional Brasileiro.....	165
8.4.1 Limites.....	165

8.4.2 Art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988.....	167
8.4.3 Inconstitucionalidade de normas constitucionais.....	168

CAPÍTULO 9

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	173
9.1 O Estado – Conceito.....	173
9.1.1 Exercício do poder no Estado Democrático de Direito.....	176
9.1.2 Instrumentos da democracia semidireta participativa no Município.....	182
9.1.3 A audiência pública como forma de participação democrática.....	183
9.1.3.1 Audiências públicas.....	186
9.1.3.2 Finalidade.....	188
9.1.3.3 Realização.....	189
9.1.3.4 Convocação da audiência pública.....	191
9.1.3.5 Eficácia do resultado de sua realização.....	192
9.2 O Estado federal e o Estado unitário.....	194
9.2.1 O Estado moderno.....	194
9.2.2 O Estado federal.....	195
9.2.3 Princípios essenciais da Federação.....	197
9.2.4 A Federação brasileira.....	199
9.2.4.1 Princípios e objetivos da Federação brasileira.....	199
9.2.4.1.1 Princípios da Federação brasileira.....	199
9.2.4.1.2 Objetivos da República Federativa do Brasil.....	201
9.2.4.2 Características de Federação brasileira.....	201
9.2.5 Repartição de competências no Estado Federal Brasileiro.....	203
9.2.6 A União.....	208
9.2.7 Estados-membros.....	209
9.2.8 Os Municípios.....	211
9.2.8.1 Autonomia política.....	213
9.2.8.2 Autonomia administrativa.....	215
9.2.8.3 Autonomia financeira.....	215
9.2.8.4 Regiões metropolitanas.....	216
9.2.8.5 Distrito Municipal: divisão territorial do Município.....	221
9.2.8.6 Criação e extinção de Municípios.....	222
9.2.8.6.1 Requisitos para criação, incorporação e desmembramento de Municípios.....	223

9.2.9 Distrito Federal.....	228
9.2.10 Territórios.....	229
9.2.11 Intervenção.....	229
9.2.11.1 Natureza e características.....	230
9.2.11.2 Procedimento da intervenção da União nos Estados.....	231
9.2.11.3 A intervenção do Estado nos Municípios.....	233
9.2.12 Administração Pública.....	233
9.2.12.1 Conceito.....	233
9.2.12.2 Princípios constitucionais da Administração Pública.....	235
9.2.12.2.1 Princípio da legalidade.....	235
9.2.12.2.2 Princípio da impessoalidade.....	236
9.2.12.2.3 Princípio da moralidade.....	236
9.2.12.2.4 Princípio da publicidade.....	237
9.2.12.2.5 Princípio da eficiência.....	238
9.2.12.3 Agentes públicos	240
9.2.12.3.1 Cargo, emprego e função pública.....	240
9.2.12.3.2 Concurso público.....	243
9.2.12.3.3 Regime de contratação temporária.....	244
9.2.12.4 Conceito de servidor público.....	250
9.2.12.4.1 Abrangência das normas constitucionais sobre servidores públicos.....	250
9.2.12.4.2 Profissionalização do servidor público.....	252
9.2.12.4.3 Escolas de governo.....	256
9.2.12.4.4 Princípio da eficiência e o servidor público.....	259
9.2.12.4.5 Direito de greve do servidor público.....	261
9.2.12.5 Licitação.....	272
9.2.12.6 Responsabilidade do Estado.....	277
9.2.12.6.1 Lei conforme a Constituição e a responsabilidade do Estado.....	281
9.2.12.6.2 Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de lei inconstitucional.....	284
9.2.12.6.3 Responsabilidade extracontratual do Estado decorrente do exercício da função legislativa atípica.....	287
9.2.12.6.4 A responsabilidade do Estado por atos legislativos e o direito à ação de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.....	290

CAPÍTULO 10

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NO ESTADO BRASILEIRO.....	293
---	-----

10.1 Poder Legislativo.....	295
-----------------------------	-----

10.1.1 Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo brasileiro, na esfera da União.....	295
10.1.2 Comissões.....	298
10.1.2.1 Comissões parlamentares de inquérito.....	299
10.1.3 Imunidades e vedações parlamentares.....	301
10.1.4 Processo legislativo.....	304

10.1.4.1 Processo legislativo das leis ordinárias.....	304
10.1.5 Emendas à Constituição.....	308
10.1.6 Lei complementar.....	311
10.1.7 Lei delegada.....	312
10.1.8 Decreto legislativo e Resoluções.....	313
10.1.9 Medidas provisórias.....	313
10.1.9.1 Introdução.....	313
10.1.9.2 Pressupostos.....	314
10.1.9.3 Procedimento da Medida Provisória.....	316
10.1.9.3.1 Lei de conversão e veto.....	318
10.1.9.3.2 Poder de Emenda.....	318
10.1.9.3.3 As Medidas Provisórias e os Estados-membros e Municípios.....	319
10.2 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	325
10.2.1 Controle da Administração Pública.....	326
10.2.1.1 Controle interno da Administração Pública.....	328
10.2.1.2 Recurso administrativo.....	331
10.2.1.3 Prescrição administrativa.....	331
10.2.1.4 Reclamação e representação.....	332
10.2.2 Controle externo.....	332
10.2.2.1 Controle parlamentar da Administração Pública, com auxílio do Tribunal de Contas.....	332
10.2.2.2 Controle jurisdicional da Administração Pública.....	334
10.3 Poder Executivo.....	334
10.3.1 Função executiva – Função administrativa.....	334
10.3.2 Parlamentarismo e presidencialismo.....	336
10.3.2.1 Principais características.....	336
10.3.3 Presidencialismo e o Poder Executivo na Constituição Federal de 1988.....	339
10.3.3.1 Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República.....	339
10.3.3.2 Vacância do cargo de Presidente.....	341
10.3.3.3 <i>Impeachment</i>	342
10.3.3.3.1 Crimes de responsabilidade.....	342
10.3.3.3.2 Processo por crime de responsabilidade e por crime comum.....	343
10.3.3.4 Atribuições do Presidente.....	345
10.3.3.4.1 Expedição de decretos e regulamentos.....	345
10.3.3.4.2 Regulamentos de execução e autônomos.....	346
10.3.4 Conselho da República e Conselho da Defesa Nacional.....	347
10.3.5 Ministros de Estado.....	348
10.4 Poder Judiciário.....	349
10.4.1 Função jurisdicional.....	349
10.4.1.1 Conceito e características.....	349
10.4.2 Organização do Poder Judiciário.....	350
10.4.2.1 Órgãos e competências.....	350
10.4.2.1.1 Justiça comum e justiça especial.....	350
10.4.2.1.2 Justiça federal comum.....	351
10.4.2.1.3 Justiças comum e especial nos Estados-membros.....	352
10.4.2.1.4 Justiça especial federal.....	352
10.4.2.1.5 O quinto constitucional.....	354
10.4.3 Garantias institucionais do Judiciário e garantias dos membros da magistratura.....	355

10.4.3.1	Garantias e vedações impostas aos membros da magistratura.....	356
10.4.4	Estatuto da magistratura e a reserva de lei complementar.....	357
10.4.5	Supremo Tribunal Federal.....	361
10.4.5.1	Escolha de seus membros.....	361
10.4.5.2	Competência originária.....	362
10.4.5.3	Competência recursal.....	362
10.4.5.3.1	Recurso ordinário.....	363
10.4.5.4	O Supremo Tribunal Federal e as súmulas vinculantes.....	363
10.4.5.4.1	Requisitos formais, revisão e cancelamento.....	363
10.4.6	Superior Tribunal de Justiça.....	363
10.4.6.1	Considerações gerais, a escolha de seus membros.....	363
10.4.6.2	Competências.....	364
10.4.6.2.1	Competência originária.....	364
10.4.6.2.1.1	Recurso ordinário.....	365
10.4.6.2.1.2	Recurso especial.....	365
10.4.7	Juizados Especiais – Fundamento constitucional.....	367
10.4.8	Do Conselho Nacional de Justiça.....	368
10.4.8.1	Composição.....	368
10.4.8.2	Competência e natureza dos atos do Conselho Nacional de Justiça.....	368
10.4.8.3	Considerando as competências atribuídas pela CF/1988 ao CNJ, o ajuizamento de ação judicial tem reflexos na atuação na esfera administrativa.....	370
10.5	Funções essenciais à justiça.....	373
10.5.1	Considerações gerais	373
10.5.2	Ministério Público.....	374
10.5.2.1	Evolução nas constituições brasileiras.....	374
10.5.2.2	Posição institucional e natureza de suas funções.....	375
10.5.2.3	Princípios constitucionais.....	375
10.5.2.4	Autonomia funcional e administrativa	375
10.5.2.5	Nomeação e destituição do Procurador-Geral da República e nomeação e destituição do Procurador-Geral da Justiça.....	376
10.5.2.6	Garantias funcionais.....	377
10.5.2.7	O Conselho Nacional do Ministério Público.....	378
10.5.3	Advocacia Pública.....	379
10.5.4	Advocacia.....	379
10.5.5	Defensoria Pública.....	380
CAPÍTULO 11		
DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....		383
11.1	Equilíbrio e estabilidade na ordem constitucional.....	383
11.2	Estado de defesa.....	384
11.2.1	Pressupostos materiais e formais para decretação.....	385
11.2.2	Efeitos da decretação.....	385
11.3	Estado de sítio.....	386
11.3.1	Pressupostos materiais e formais para decretação.....	387
11.3.2	Controles.....	388
11.3.3	Diferenças e disposições comuns ao estado de defesa e estado de sítio.....	388
11.4	Instituições nacionais permanentes e regulares – Atribuições.....	389

11.4.1 Composição.....	391
11.5 Segurança pública.....	393
11.5.1 Tratamento constitucional da segurança pública.....	395
11.5.2 A crise da segurança pública e as guardas municipais.....	396
CAPÍTULO 12	
SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO.....	399
12.1 Noção de tributo.....	399
12.2 Modalidade de tributos.....	400
12.2.1 Impostos.....	401
12.2.2 Taxas.....	402
12.2.3 Contribuições.....	403
12.2.4 Contribuições de melhoria e outras contribuições.....	403
12.2.4.1 Contribuições de melhoria.....	403
12.2.4.2 Outras contribuições.....	403
12.2.5 Empréstimos compulsórios.....	404
12.3 Princípios constitucionais tributários.....	405
12.3.1 Princípio da igualdade.....	405
12.3.2 Princípio da capacidade contributiva e do não confisco.....	406
12.3.3 Princípio da legalidade.....	407
12.3.4 Princípio da anterioridade e da irretroatividade.....	408
12.4 Competências tributárias na Constituição de 1988.....	409
CAPÍTULO 13	
FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO.....	411
13.1 Conceito de atividade financeira do Estado.....	411
13.2 Princípios orçamentários.....	412
13.3 Receita pública.....	414
CAPÍTULO 14	
ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	417
14.1 Princípios constitucionais da ordem econômica.....	418
14.2 Intervenção do Estado no domínio econômico.....	419
14.2.1 Como agente da atividade econômica.....	419
14.2.2 Como agente normativo.....	422
14.2.3 Incentivo e planejamento estatal.....	422
14.2.4 Concessão ou permissão para a prestação de serviços públicos.....	423
14.2.4.1 Tarifa módica e serviços de qualidade: conceitos jurídicos indeterminados?.....	426
14.3 Política urbana.....	431
14.3.1 Direito urbanístico e plano diretor do Município.....	434
14.3.2 Responsabilidade patrimonial do Estado e o exercício da função urbanística.....	436
14.3.3 Função social da propriedade urbana.....	440
14.3.4 Propriedade pública e sua função social.....	442
14.3.4.1 Instrumentos para obrigar à observância da função social da propriedade urbana.....	447

14.4 Política agrícola e fundiária e reforma agrária.....	454
14.4.1 Função social de propriedade rural.....	454
14.4.1.1 Reforma agrária.....	455
CAPÍTULO 15	
ORDEM SOCIAL.....	457
15.1 Seguridade social: objetivos e financiamento.....	458
15.2 Saúde.....	460
15.2.1 Conceito.....	460
15.2.2 Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde.....	461
15.3 Previdência social.....	463
15.4 Assistência social.....	465
15.5 Educação na atual Constituição.....	465
15.5.1 Autonomia das universidades e o Poder do Judiciário.....	471
15.6 Cultura.....	478
15.7 Ciência e tecnologia.....	478
15.8 Comunicação social.....	479
15.9 Meio ambiente.....	479
15.9.1 O Estado federal brasileiro e a sua repartição de competências em matéria ambiental.....	482
15.9.1.1 As competências privativas na Constituição de 1988.....	484
15.9.1.2 A competência privativa sobre o meio ambiente	487
15.9.1.3 A competência legislativa concorrente dos entes federativos parciais no contexto da Federação brasileira.....	488
15.9.1.4 Competência concorrente e meio ambiente.....	491
15.9.1.5 A competência comum na Federação brasileira.....	493
15.9.1.6 A competência comum e o meio ambiente.....	495
15.10 Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.....	497
15.10.1 Da família.....	497
15.10.2 Da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.....	498
15.11 Índio.....	499
CAPÍTULO 16	
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	513
16.1 Direitos fundamentais.....	513
16.2 Evolução histórica.....	514
16.2.1 Dimensões dos direitos fundamentais.....	517
16.2.2 Titularidade dos direitos fundamentais na Constituição Federal brasileira de 1988.....	519
16.2.3 Direitos e garantias.....	521
16.2.4 Relatividade dos direitos fundamentais e seus limites.....	522
16.2.5 Colisão de direitos fundamentais.....	525
16.2.5.1 Tipos de colisão.....	525
16.2.5.2 Solução de conflitos.....	528
16.3 Aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais na Constituição Federal	529
16.4 Os tratados internacionais e os direitos fundamentais.....	531

16.4.1 Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias decorrentes dos tratados firmados pela República Federativa do Brasil.....	535
16.4.2 O controle da constitucionalidade dos tratados e a ordem jurídica brasileira.....	538
16.5 A eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares.....	539
16.5.1 Principais teorias que analisam a eficácia dos direitos fundamentais na esfera privada.....	541
16.5.1.1 Eficácia indireta ou mediata dos direitos fundamentais nas relações privadas.....	542
16.5.1.2 Eficácia direta e imediata dos direitos fundamentais na vida privada.....	543
16.6 Direito à vida.....	545
16.6.1 Aborto	548
16.6.2 Eutanásia e suicídio.....	549
16.6.3 Pena de morte.....	549
16.6.4 Clonagem e fertilização <i>in vitro</i>	550
16.7 Direito à vida digna – Dignidade da pessoa humana.....	551
16.8 Direito à igualdade.....	553
16.8.1 Ações afirmativas: surgimento e efetivação.....	553
16.8.2 Igualdade substancial, material e formal.....	555
16.8.3 Critério discriminatório.....	556
16.8.4 Ações afirmativas: surgimento e efetivação.....	559
16.9 Princípio da legalidade.....	561
16.9.1 O princípio da legalidade e o da reserva de lei.....	563
16.10 Liberdades públicas.....	565
16.10.1 Liberdade de expressão e informação.....	567
16.10.2 Direito de resposta.....	570
16.10.3 Sigilo da fonte e profissional.....	572
16.10.4 Limites à liberdade de expressão e informação.....	574
16.10.5 Liberdade de reunião e associação.....	575
16.10.5.1 Liberdade de reunião.....	576
16.10.5.2 Liberdade de associação.....	578
16.10.5.2.1 Conceito e conteúdo.....	578
16.10.5.2.2 O direito à liberdade de associação em face do Estado e dos particulares.....	580
16.11 Liberdade de locomoção.....	582
16.11.1 Exceções e limites à liberdade de locomoção.....	584
16.11.1.1 Limites.....	584
16.11.2 Liberdade de locomoção e o direito dos presos.....	584
16.11.2.1 Exceções.....	586
16.11.2.1.1 Prisão civil por dívida.....	586
16.11.2.2 Liberdade provisória	587
16.12 Direito à privacidade, à intimidade e à vida privada.....	587
16.12.1 Inviolabilidade de domicílio.....	589
16.12.2 Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas.....	591
16.12.3 Sigilo das comunicações telefônicas.....	596
16.12.4 Sigilo bancário e fiscal.....	597
16.13 Direito à honra e à imagem.....	600
16.13.1 Direito à honra.....	600
16.13.2 Direito à imagem.....	601
16.13.3 Indenização por dano material e moral.....	603

16.13.4 Dano estético e à imagem.....	604
16.14 Direito de propriedade.....	604
16.14.1 Conceito.....	604
16.14.2 Limitações e restrições ao direito de propriedade.....	605
16.14.3 Servidões.....	607
16.14.4 Desapropriação.....	608
16.14.5 Usucapião.....	609
16.14.6 Direito de propriedade sobre valores de caráter patrimonial.....	610
16.14.6.1 Direito de propriedade autoral.....	611
16.14.6.2 Direito de herança e do bem de família.....	612
16.15 Direito de acesso à justiça	613
16.15.1 Duração razoável do processo e celeridade em sua tramitação.....	615
16.16 Direito de ação.....	618
16.16.1 Direito ao contraditório e ampla defesa.....	620
16.16.2 Da inadmissibilidade da prova ilícita e a garantia da presunção de inocência.....	621
16.17 Direito ao devido processo legal.....	622
16.17.1 Aspecto material e formal.....	622
16.17.2 Âmbito de incidência.....	624
16.18 Princípio da motivação das decisões judiciais.....	625
16.18.1 Publicidade dos atos processuais.....	626
16.19 Instituição do júri.....	627
16.19.1 Proibição de tribunais de exceção e o direito ao juiz natural.....	628
16.19.2 O juiz natural e as prerrogativas de foro.....	628
16.19.3 Justiça militar.....	630
16.19.4 Duplo grau de jurisdição.....	630
16.19.5 Diferença entre direito recursal e o duplo grau de jurisdição.....	631
16.20 Princípio da razoabilidade e proporcionalidade.....	632
16.20.1 Fundamentos e conteúdo.....	632
16.20.2 Campo de aplicação.....	635
16.20.3 A adequação dos meios utilizados – Proporcionalidade em sentido estrito.....	636
16.20.4 Princípio constitucional não escrito para a interpretação e aplicação do direito.....	637
16.21 Princípio da segurança jurídica: o suceder normativo e a aplicabilidade da lei no tempo.....	638
16.21.1 Princípio da segurança jurídica – Conteúdo.....	638
16.21.2 Conflito de leis no tempo.....	641
16.21.3 Ato jurídico perfeito.....	644
16.21.4 Ato jurídico perfeito inválido e inconstitucional.....	645
16.21.5 Limites aos efeitos da invalidade.....	647
16.21.6 Direito adquirido.....	651
16.21.7 Coisa julgada.....	655
16.22 Garantias quanto à presunção de inocência.....	658
16.22.1 Conteúdo do direito à presunção de inocência.....	658
16.22.2 Inadmissibilidade de provas ilícitas.....	660
16.22.3 Princípio da legalidade e da anterioridade penal.....	663
16.23 Da não extradição de brasileiro e de estrangeiro por crime político ou de opinião.....	664
16.23.1 Não extradição de brasileiro nato e naturalizado.....	664

16.23.2 Não extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.....	666
16.23.3 Expulsão e deportação.....	667
16.23.4 Asilo político, asilo diplomático e a situação de refugiado.....	668
16.24 Princípio da legalidade.....	670
16.24.1 O princípio da legalidade e o da reserva de lei.....	672
16.24.2 Alguns casos particulares de aplicação do princípio da legalidade.....	673
16.24.2.1 Legalidade e atividade administrativa.....	673
16.24.2.2 Legalidade tributária.....	674
16.24.2.3 Princípio da legalidade, da anterioridade penal e a proibição de retroatividade da lei penal.....	674
16.25 Instrumento de tutela das liberdades – Garantias constitucionais.....	676
16.25.1 Considerações gerais.....	676
16.25.2 Direito de petição.....	677
16.25.3 <i>Habeas corpus</i>	678
16.25.3.1 Pressupostos e limites.....	679
16.25.3.2 Conformação.....	680
16.25.4 Mandado de segurança.....	681
16.25.4.1 Cabimento.....	682
16.25.4.2 Autoridade.....	685
16.25.4.3 Competência.....	686
16.25.4.4 Liminar.....	687
16.25.4.5 Autoridade coatora.....	688
16.25.4.5.1 Legitimidade passiva.....	689
16.25.4.5.2 Legitimidade ativa.....	690
16.25.4.6 Coisa julgada.....	691
16.25.5 Mandado de segurança coletivo.....	692
16.25.5.1 Tutelas coletivas – Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	693
16.25.5.2 Mandado de segurança coletivo: âmbito de proteção e legitimidade ativa.....	694
16.25.5.3 Mandado de segurança coletivo e a extensão da coisa julgada.....	695
16.25.6 Mandado de segurança e controle incidental de inconstitucionalidade. Efeitos da decisão.....	697
16.25.7 Mandado de injunção.....	705
16.25.7.1 Natureza jurídica e objeto.....	705
16.25.7.2 Legitimidade ativa e passiva.....	706
16.25.7.3 Competência.....	709
16.25.7.4 Efeitos.....	710
16.25.8 <i>Habeas data</i>	712
16.25.8.1 Antecedentes.....	712
16.25.8.2 Finalidade.....	713
16.25.8.3 Legitimidade ativa e passiva.....	714
16.25.8.4 Competência e procedimento.....	715
16.25.9 Ação popular.....	717
16.25.9.1 Perfil constitucional.....	717
16.25.9.2 Conceito, finalidade e objeto.....	718
16.25.9.3 Legitimidade ativa e passiva. Competência e procedimento.....	720
16.25.9.4 Sentença e coisa julgada.....	721
16.25.10 Ação civil pública.....	721
16.25.10.1 Perfil constitucional.....	721

16.25.10.2 Finalidade e objeto.....	722
16.25.10.3 Legitimidade ativa e passiva – Competência e procedimento.....	723
CAPÍTULO 17	
DIREITOS SOCIAIS.....	725
17.1 Direito ao trabalho.....	727
17.2 Direito ao trabalho no direito constitucional comparado.....	730
17.3 O direito ao trabalho nas Constituições brasileiras.....	733
17.3.1 Conceito de normas programáticas.....	739
17.3.1.1 Reserva do possível e a efetividade das normas constitucionais programáticas....	742
17.3.2 Inexistência de recursos ou uma questão de alocação.....	744
17.3.3 O mínimo existencial e a atuação do Poder Judiciário.....	747
17.3.3.1 Mínimo existencial.....	747
17.3.3.2 A atuação do Poder Judiciário com vistas a efetivar a observância dos direitos fundamentais sociais.....	749
CAPÍTULO 18	
DIREITO DE NACIONALIDADE.....	753
18.1 Conceito.....	753
18.2 Aquisição da nacionalidade primária e secundária.....	754
18.3 Perda da nacionalidade brasileira.....	754
CAPÍTULO 19	
DIREITOS POLÍTICOS.....	757
19.1 Democracia indireta ou representativa.....	758
19.2 Voto: direito ou dever?.....	760
19.3 Voto direto e indireto.....	765
CAPÍTULO 20	
PARTIDOS POLÍTICOS.....	767
20.1 Partidos políticos no Brasil.....	768
20.2 Os partidos políticos na atualidade brasileira – Natureza jurídica.....	769
20.3 Financiamento dos partidos políticos.....	770
20.3.1 Doações de pessoas jurídicas.....	771
20.3.2 Doações ocultas.....	771
20.4 Fidelidade partidária.....	772
CAPÍTULO 21	
CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE.....	775
21.1 Noção e supremacia constitucional.....	775
21.1.1 Supremacia da Constituição.....	775
21.1.2 Noção de inconstitucionalidade.....	776
21.1.2.1 Inconstitucionalidade material e formal.....	777

21.1.2.2 Inconstitucionalidade originária e superveniente.....	778
21.2 Métodos de controle da constitucionalidade das leis ou atos normativos no Estado brasileiro.....	778
21.3 Via da defesa.....	780
21.3.1 Introdução, histórico e finalidade.....	780
21.3.2 Efeitos da inconstitucionalidade na via de defesa.....	784
21.3.3 A possibilidade do controle difuso em sede de ação civil pública.....	788
21.3.4 A via de defesa e o incidente de inconstitucionalidade.....	790
21.4 Recurso extraordinário.....	792
21.4.1 Origem.....	792
21.4.2 Importância.....	793
21.4.3 Características e pressupostos.....	795
21.4.4 Prequestionamento.....	797
21.4.5 Fundamentos para interposição.....	799
21.5 Recurso extraordinário e repercussão geral.....	805
21.5.1 Disciplina.....	806
21.5.2 Efeitos.....	808
21.5.3 A decisão de inconstitucionalidade na via de defesa e o Senado Federal.....	809
21.5.4 Súmula vinculante.....	815
21.6 Via de ação direta.....	819
21.6.1 Introdução, histórico e finalidade.....	819
21.6.2 Controle por via de ação direta.....	820
21.6.2.1 Áustria.....	820
21.6.2.2 Alemanha.....	821
21.6.2.3 Itália.....	822
21.6.2.4 Brasil.....	824
21.6.3 Ação direta – Processo objetivo.....	827
21.6.4 Legitimidade ativa e passiva.....	828
21.6.5 Medida cautelar.....	832
21.6.6 Efeitos <i>erga omnes</i> e a coisa julgada.....	833
21.6.7 Ação direta e o efeito vinculante.....	836
21.6.7.1 Interpretação conforme a Constituição e declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	841
21.6.8 Efeitos da ação direta de inconstitucionalidade.....	845
21.6.9 Ação direta de inconstitucionalidade e o Senado Federal.....	848
21.6.10 Eficácia temporal da decisão na via de ação direta de inconstitucionalidade.....	854
21.6.11 Participação do <i>amicus curiae</i>	868
21.6.11.1 Conceito e natureza.....	868
21.6.11.2 Requisitos para a intervenção do <i>amicus curiae</i>	870
21.6.11.3 Poderes e momento de intervenção do <i>amicus curiae</i>	871
21.6.11.3.1 Poderes do <i>amicus curiae</i>	871
21.6.11.3.2 Momento de intervenção.....	872
21.7 A Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	874
21.7.1 Introdução.....	874
21.7.2 Conceito de ação.....	875
21.7.3 Direito processual constitucional.....	878
21.7.4 Ação declaratória.....	880

21.7.5	Constitucionalidade da ação declaratória de constitucionalidade.....	881
21.7.6	Universo da ação declaratória de constitucionalidade.....	884
21.7.7	Efeitos da ação declaratória de constitucionalidade.....	884
21.8	A inconstitucionalidade e a Federação Brasileira. A inconstitucionalidade das leis municipais.....	889
21.9	Inconstitucionalidade da lei municipal.....	891
21.9.1	O controle da constitucionalidade em relação às leis ou atos normativos municipais.....	892
21.9.2	Controle abstrato da constitucionalidade	894
21.10	Inconstitucionalidade por omissão.....	901
21.10.1	Noção.....	901
21.10.2	As omissões inconstitucionais.....	902
21.10.3	Omissões absolutas e omissões relativas.....	906
21.10.4	Sentido da inconstitucionalidade por omissão.....	907
21.10.5	Quando se caracteriza a omissão inconstitucional.....	907
21.10.6	Características da inconstitucionalidade por omissão no sistema constitucional brasileiro.....	908
21.10.7	Efeitos da inconstitucionalidade por omissão.....	911
21.11	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	913
21.11.1	Introdução.....	913
21.11.2	Preceitos fundamentais.....	917
21.11.3	Objeto e finalidade.....	922
21.11.3.1	Objeto.....	922
21.11.3.2	Atos comissivos e omissivos.....	923
21.11.4	Caráter da arguição.....	925
21.11.5	Atos do Poder Público municipal.....	929
21.11.6	Atos normativos secundários: regulamentos.....	931
21.11.7	Políticas públicas.....	933
21.11.8	Arguição incidental.....	935
21.11.8.1	Atos normativos anteriores à Constituição.....	941
21.11.8.2	Efeitos da decisão na arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	945
21.11.8.2.1	Efeito vinculante.....	945
21.11.8.2.2	A arguição e a omissão inconstitucional parcial.....	949
21.11.8.2.3	Alcance dos efeitos da declaração de descumprimento de preceito fundamental.....	950
21.11.8.2.4	Linguagem jurídica – Conceitos jurídicos indeterminados.....	954
21.12	Estado de coisas inconstitucional.....	958
21.12.1	Introdução.....	958
21.12.1	Origem e conceito.....	960
	REFERÊNCIAS.....	965